

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.093 - RS (2019/0337095-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : MAURÍCIO DAL AGNOL  
**ADVOGADOS** : ALESSANDRO NECKEL DE OLIVEIRA - RS089310  
LUCIANO MARTINS - RS079401  
RAFAEL BEAL - RS082352  
**RECORRIDO** : HELIO ILHA DA ROCHA  
**INTERES.** : MARIA CLECI BRONDANI ILHA  
**ADVOGADOS** : GEOVANI CEREZER - RS041527  
BRUNO CARLI LOPES - RS084171  
BRUNO DA SILVA CORRÊA - RS084197  
**INTERES.** : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : ANA TEREZA BASILIO - RJ074802  
TOMÁS ESCOSTEGUY PETTER - RS063931  
FELIPE SOUZA GALVÃO - RS073825  
TATIANE BELLOMO DA SILVA - RS068466

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. MANDATO. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. 1. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. 2. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. *ACTIO NATA*. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO ILÍCITO. PRECEDENTES. 3. PRAZO PRESCRICIONAL DECENAL. PRECEDENTES. 4. APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES PELO MANDATÁRIO. DANO MORAL CARACTERIZADO. PRECEDENTE DA TERCEIRA TURMA DO STJ. 5. DANOS MATERIAIS. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. DATA DO ABUSO DOS LIMITES DO MANDATO. PRECEDENTES. 6. DANOS MORAIS. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. PRECEDENTE. 7. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por Maurício Dal Agnol, com fulcro no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pela Décima Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (e-STJ, fls. 945-947):

**APELAÇÃO CÍVEL. MANDATOS. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO DOS AUTORES. REFORMA DA SENTENÇA.**

**PARCIAL PROCEDÊNCIA DA AÇÃO.**

**PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DA APELAÇÃO. AFASTAMENTO.**

No caso, da análise das razões recursais, percebe-se que estas atacam os fundamentos da sentença, em atendimento ao disposto no artigo 1.010, II, do CPC, o qual confere ao apelante, quando da interposição do recurso, a obrigação de rebater as questões que justificariam a reforma da sentença, explanando os fundamentos de fato e de direito pelos quais entenda deva ser reformada a sentença recorrida. Preliminar afastada.

**PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.**

Tratando-se de ação indenizatória ajuizada pelo mandante em face do mandatário, em decorrência dos danos originados pelo mau cumprimento do contrato de mandato, incide o prazo prescricional decenal previsto no artigo 205 do Código Civil e não o trienal (artigo 206, §3º, IV, do CCB). Revisão de posicionamento em atenção aos recentes julgados proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça. O marco inicial do prazo prescricional deve ser contabilizado da inequívoca ciência da parte acerca dos fatos. Não há como aferir no caso em tela que a parte autora teve conhecimento da renúncia indevida pelo procurador quando do saque do alvará, da realização do acordo ou quando este lhe prestou contas, pois ao tempo do recebimento dos valores, amparado no princípio da confiança estabelecido entre cliente e procurador, não tinha o autor ciência da renúncia dos valores constantes no acordo firmado entre o procurador e a companhia de telefonia. Assim, o prazo deve ser contabilizado da notoriedade dos fatos envolvendo o advogado que lesou o patrimônio de diversos dos seus clientes. Inexistindo pedido de anulação de acordo que pudesse atrair a incidência do artigo 179 do Código Civil, não há que se falar em decadência deste direito.

**MÉRITO:**

**ACORDO CELEBRADO PELO PROCURADOR EM PREJUÍZO DO MANDANTE. DANOS MATERIAIS. CONFIGURADOS.**

Considerando que o réu não comprovou que o acordo foi firmado em benefício dos mandantes, ainda que tivesse o mandatário poderes para transigir, no caso, verificou-se verdadeira renúncia de direitos, razão pela qual inevitável reconhecer que o procurador extrapolou os limites do mandato ao perfectibilizar acordo que em nada beneficiou os mandantes. Evidente, pois, que ocorreu a perda de uma chance, devidamente comprovada pelo autor, a justificar o acolhimento do pedido indenizatório relativamente ao valor da condenação excluído do acordo homologado em juízo.

**JUROS DE MORA E CORREÇÃO. TERMO INICIAL E TERMO FINAL. DANOS MATERIAIS.**

Os juros de mora e a correção monetária incidentes sobre o dano material são contabilizados desde a renúncia indevida dos valores decorrente de abuso na execução do mandato. Inteligência do art. 670 do Código Civil. Por sua vez, o termo final é a data em que ocorrer o efetivo pagamento, não interrompendo o cômputo dos juros e da

correção em razão da determinação judicial que bloqueou os bens do apelante, sob pena de o recorrente se beneficiar da própria torpeza.

**DANOS MORAIS CONFIGURADOS.**

Os danos morais, no caso em comento, decorrem exclusivamente do atuar do procurador, que extrapolou os limites do mandato ao renunciar a direito adquirido pelo mandante, razão pela qual é impositiva a condenação.

**VALOR DOS DANOS MORAIS.**

No que concerne ao "quantum" indenizatório, a reparação serve para atenuar o sofrimento da vítima e ainda de sanção ao causador do dano, como fator de desestímulo, para que não volte a praticar aquele ato lesivo à personalidade do ser humano.

**JUROS DE MORA. DANOS MORAIS. TERMO INICIAL.**

STJ já sedimentou o entendimento de que os juros de mora sobre o dano moral que emerge das relações contratuais tem o seu termo inicial a data da citação, por aplicação do art. 405 do CCB.

**CORREÇÃO MONETÁRIA. DANOS MORAIS. TERMO INICIAL.**

No que tange à correção monetária incidente sobre o montante dos danos morais, deve ser observada a Súmula n. 362 do STJ, devendo contar a correção a partir do arbitramento.

**RESSARCIMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS DECORRENTES DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO FIRMADO ENTRE AS PARTES. IMPOSSIBILIDADE NO CASO CONCRETO.**

O trabalho do procurador deve ser remunerado na forma estabelecida no contrato, até porque os autores apenas alcançaram o objetivo na ação originária em decorrência do fruto do trabalho desenvolvido. Assim, não devem ser restituídos os valores pagos a título de honorários advocatícios, os quais já foram descontados, quando da prestação de contas do advogado aos autores.

**LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INOCORRÊNCIA.**

Quanto ao pedido dos autores, para que os réus sejam condenados às penas por litigância de má-fé, não merece ser acolhido, uma vez que não foi praticado qualquer ato contrário ao ordenamento jurídico, verificando-se que os demandados se manifestaram junto ao Judiciário, expondo seus argumentos e teses jurídicas, não sendo verificada a alegada má-fé processual.

**SENTENÇA REFORMADA, EM PARTE. SUCUMBÊNCIA REDIMENSIONADA. PRELIMINARES**

**CONTRARRECURSAL REJEITADAS. RECURSO DE APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME.**

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, o insurgente indica divergência jurisprudencial e violação aos arts. 373, I, CPC/2015; e 186, 189, 206, § 3º e seu inciso V, 405, 407 e 927 do CC.

Sustenta que o termo inicial do prazo prescricional seria a data do fato, e não do seu suposto conhecimento.

Defende a aplicação do prazo prescricional trienal, e não decenal.

Afirma que os danos morais não decorrem do mero descumprimento contratual, mas exigem a comprovação de sua ocorrência pela parte contrária, o que não foi feito.

Assevera que os juros moratórios, advindos dos danos materiais, devem incidir a partir da citação, e que os juros decorrentes de danos materiais, por sua vez, devem correr a partir da sentença condenatória.

Não contra-arrazado o feito (e-STJ, fl. 1.052), o recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 1.054-1.066), ascendendo os autos a esta Corte Superior.

Brevemente relatado, decido.

De início, não se revela cognoscível a irresignação deduzida pela alínea *c* do permissivo constitucional, porquanto o recorrente não demonstrou o dissídio nos moldes exigidos pelos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Isso porque é assente nesta Corte Superior que a mera transcrição de ementas ou trechos do acórdão paradigma, sem a realização do necessário cotejo analítico entre os arestos confrontados, mostra-se insuficiente para comprovar a divergência jurisprudencial ensejadora da abertura da via especial com esteio na alínea *c* do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REJEIÇÃO. PENHORA DE IMÓVEL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. NÃO COMPROVAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. LEGITIMIDADE DO EXECUTADO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO OBJETA E DIRETA AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

2. O recorrente deixou de comprovar o dissídio pretoriano nos termos

exigidos pelos dispositivos legais e regimentais que o disciplinam, notadamente por ter deixado de transcrever os trechos dos acórdãos em confronto e não ter efetuado o necessário cotejo analítico das teses supostamente divergentes, tampouco indicado o repositório oficial ou juntado cópia do inteiro teor dos julgados paradigmas.

(...)

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1023675/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 16/03/2017)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. PERDA DO DIREITO DO ALIMENTANDO PELO DECURSO DO TEMPO. SUPRESSIO. NÃO OCORRÊNCIA. DISCUSSÃO ACERCA DO BINÔMIO POSSIBILIDADE / NECESSIDADE. SEDE PRÓPRIA. AÇÃO REVISIONAL. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. DISPOSITIVOS LEGAIS SUPOSTAMENTE VIOLADOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 211/STJ.

1. Não demonstrada a divergência pretoriana conforme preconizado nos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, § 1º, a, e § 2º, do RISTJ, deixa-se de conhecer o recurso especial.

1.1. Dissídio jurisprudencial não demonstrando face a ausência de cotejo analítico e a inexistência de cópia autenticada ou de citação do repositório oficial de jurisprudência em que foi publicado o acórdão paradigma.

(...)

7. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt nos EDcl no REsp 1590554/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/08/2016, DJe 09/08/2016)

Passa-se à análise do recurso interposto com fulcro na alínea *a* do permissivo constitucional.

Em relação à prescrição, a Corte de origem assentou que o termo inicial, no caso, deu-se somente com a "divulgação pela imprensa de operações da Polícia Federal, em 21 de fevereiro de 2014" (e-STJ, fl. 955), o qual constituiu fato notório para que a parte tomasse conhecimento da lesão ao seu patrimônio jurídico.

Nesse sentido, a conclusão do acórdão estadual está em harmonia com o entendimento deste STJ de que o início do prazo prescricional não se dá necessariamente no momento em que ocorre a lesão ao direito, mas, sim, quando o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da lesão e de toda a sua extensão, conforme preconizado pela

teoria da *actio nata*.

Confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. COMPRA E VENDA. AÇÃO DE COBRANÇA. RESCISÃO DO NEGÓCIO. TRATATIVAS EXTRAJUDICIAIS. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. DEVOLUÇÃO DE VALORES. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. TEORIA DA ACTIO NATA.

(...)

2. Por aplicação da teoria da *actio nata*, o lapso do prazo prescricional somente começa com a ciência da efetiva lesão do direito tutelado, inexistindo, ainda, qualquer condição que impeça o exercício do direito de ação. Precedentes.

3. Agravo interno não provido

(AgInt no AREsp n. 982.198/SP, Relator o Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado em 14/2/2017, DJe de 21/2/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS. COMPENSAÇÃO. DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TEORIA DA ACTIO NATA. HARMONIA COM O ENTENDIMENTO DO STJ.

1. Por aplicação da teoria da *actio nata*, o prazo prescricional, relativo à pretensão de indenização de dano material e compensação de dano moral, somente começa a correr quando o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da lesão e de toda a sua extensão, bem como do responsável pelo ilícito, inexistindo, ainda, qualquer condição que o impeça de exercer o direito de ação.

2. O acórdão recorrido que adota a orientação firmada pela jurisprudência do STJ não merece reforma.

3. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp n. 639.598/SP, Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJe de 3/2/2017)

Outrossim, a jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que o prazo prescricional das pretensões indenizatórias exercidas por mandante contra mandatário é o decenal, previsto no art. 205 do CC, razão pela qual não se verifica a implementação do lapso temporal fatal, já que, iniciado em fevereiro de 2014, a ação foi ajuizada em novembro do mesmo ano (e-STJ, fl. 955).

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. ADVOGADO. DESCUMPRIMENTO DO MANDATO. PRESCRIÇÃO NÃO CONFIGURADA. CELEBRAÇÃO DE ACORDO PREJUDICIAL AO CLIENTE. RENÚNCIA DE

CRÉDITO. RESPONSABILIDADE CONFIGURADA. PREJUÍZO COMPROVADO. DEVER DE INDENIZAR. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

2. Nas ações de indenização do mandante contra o mandatário, em razão de descumprimento do contrato de mandato, incide o prazo prescricional de 10 (dez) anos, previsto no art. 205 do Código Civil de 2002. Precedentes.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1717845/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/02/2019, REPDJe 26/02/2019, DJe 25/02/2019)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO DE MANDATO. PRESCRIÇÃO. PRAZO GERAL. ART. 205 DO CC. PRETENSÃO INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. REITERAÇÃO DOS FUNDAMENTOS JÁ ANALISADOS. MANUTENÇÃO INTEGRAL DA DECISÃO AGRAVADA.

(....)

3. É decenal o prazo prescricional aplicável às ações de indenização propostas pelo mandante em razão de suposto descumprimento do contrato de mandato. Precedentes.

4. Agravo regimental não provido.

(EDcl no REsp 1500600/MA, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 18/06/2015)

Quanto à pretensão de afastamento da condenação à reparação moral, melhor sorte não assiste ao recorrente.

Isso porque esta Corte Superior consolidou o entendimento no sentido de que "importa em séria violação do ordenamento jurídico e dos deveres ético-sociais que regem o exercício da advocacia a conduta de um advogado que se apropria indevidamente de valores pecuniários pertencentes a clientes, aproveitando-se da situação de vulnerabilidade e da relação de confiança para causar prejuízos exatamente a quem lhe contratou na expectativa de ter seus interesses representados em juízo com lealdade e boa-fé", sendo, portanto, "inafastável a responsabilidade (...) por reparar os danos extrapatrimoniais causados" (REsp 1.740.260/RS, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018).

Também não merece prosperar a pretendida alteração do termo inicial de incidência dos juros moratórios.

No que tange aos danos materiais, o entendimento vigente neste STJ é o de

que os juros incidem desde o momento em que o mandatário se apropria indevidamente dos valores recebidos em cumprimento de mandato.

Sobre o tema, vejam-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. MANDATO. AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS CONTRATADOS. APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE NUMERÁRIO. DANOS MATERIAIS. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. DATA DO ABUSO. CC/2002, ART. 670. SÚMULA 43 DO STJ. RECURSO PROVIDO.

1. Os juros de mora sobre a indenização por danos materiais são devidos desde o momento em que o mandatário apropria-se indevidamente dos valores recebidos em razão do cumprimento do mandato. Precedentes.

2. Agravo interno provido para negar provimento ao recurso especial. (AgInt no REsp 1799395/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 28/06/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. MANDATO. ADVOGADO. OBRIGATORIEDADE. SALDO CREDOR APURADO NA SEGUNDA FASE. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS. INCIDÊNCIA ARTS. 1.301 E 1.303, DO CÓDIGO CIVIL/1916. SÚMULA 43/STJ.

(...)

- Se o advogado não presta contas ao cliente por quantias recebidas no processo e é condenado em ação de prestação de contas, a correção monetária e os juros moratórios sobre o saldo credor devem incidir a partir do momento que deveria ter repassado ao cliente os valores recebidos durante o cumprimento do mandato. Incidência da Súmula n.º 43 do STJ e do art. 1.303 do Código Civil/1916.

(...)

Recurso especial não conhecido.

(REsp 687.101/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/04/2006, DJ 02/05/2006, p. 307)

Já no que diz respeito à reparação extrapatrimonial, a jurisprudência consolidou-se no sentido de que, quando os danos morais decorrem de responsabilidade contratual, os juros de mora incidem a partir da data da citação.

Ilustrativamente:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ADVOGADO. MANDATO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. RESPONSABILIDADE



CONTRATUAL. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

(...)

3. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, nos casos de indenização por danos morais resultantes de responsabilidade contratual, a correção monetária incide desde a data do arbitramento, e os juros de mora desde a citação.

(...)

5. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp 1280822/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/10/2018, DJe 31/10/2018)

Diante do exposto, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Deixo de majorar os honorários sucumbenciais fixados em favor do patrono da parte recorrida, porque já estabelecido no Tribunal de origem no percentual máximo de 20% sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator